

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Diversos estudos mostram que os brasileiros estão entre os campeões mundiais no uso de redes sociais, mas isso não esconde um gargalo nacional: o baixo acesso à internet de qualidade

Alessandra Bayma/Esp.CB/D.A.Press



Nespresso ampliará uso de fertilizantes orgânicos

A Nespresso, marca que pertence à Nestlé, assinou importante parceria com a startup franco-brasileira NetZero, especializada em fertilizantes orgânicos. Com isso, o produto conhecido como biochar — fertilizante feito a partir da queima de resíduos de plantas — passará a ser usado em cafezais brasileiros. O projeto fará com que a Nespresso se torne a primeira marca do país a adotar o biochar em escala industrial e faz parte de seu programa para zerar as emissões de carbono até 2030.

Poucos brasileiros têm acesso à internet de qualidade

Diversos estudos mostram que os brasileiros estão entre os campeões mundiais no uso de redes sociais, mas isso não esconde um gargalo nacional: o baixo acesso à internet de qualidade. Um estudo do Comitê Gestor da Internet no Brasil revelou que só 22% dos brasileiros com mais de 10 anos têm condições ideais de conectividade. O dado chama a atenção diante do fato de 84% da população ser usuária da internet. Daí a importância de se ampliar o acesso a redes melhores.

Vem aí uma nova bolsa de valores?

O Brasil chegou a ter 27 bolsas de valores, mas agora existe apenas uma — a B3 — que, ao longo dos anos, foi incorporando outras até dominar o mercado. Mas o monopólio pode estar com os dias contados. A brasileira CSD BR, especializada no registro de ativos financeiros e que tem como sócios os bancos BTG e Santander, aguarda autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central para ingressar nesse mercado. A ideia é encerrar de frente a concorrência da B3 — e, se tudo der certo, começar a operar a partir de 2026. Não se trata do único movimento nesse sentido. A empresa de tecnologia ATG, controlada pelo megafundo árabe Mubadala, também tem planos para desbravar o mercado acionário brasileiro, abrindo um novo pregão por aqui. Como ocorre em qualquer ramo de atividade, a concorrência é sempre bem-vinda. No caso da bolsa, a expectativa é de que possa haver redução do custo das operações financeiras.



Bruno Escobar/Estadão Conteúdo

RAPIDINHAS

A união de Cobasi e Petz, as duas maiores redes de varejo no mercado brasileiro de artigos para animais de estimação, dará origem a um gigante com receitas de R\$ 6,9 bilhões e 483 lojas espalhadas por diversas regiões brasileiras. Por isso mesmo, teme-se o excesso de concentração que o negócio trará.

Números do setor, contudo, mostram que o mercado pet é altamente pulverizado no Brasil. Em entrevista à agência Broadcast, o presidente da Cobasi, Paulo Nassar, afirmou que a sua empresa e a Petz terão, juntas, apenas 2% das lojas do segmento no país. Por isso, disse o executivo, a tendência é de que órgãos reguladores não impeçam a fusão.

O varejo farmacêutico está em alta no Brasil. Apenas em março, o Grupo DPSP, dono das drogarias Pacheco e São Paulo, inaugurou nove lojas em sete estados brasileiros. Agora, o conglomerado mantém 1,5 mil estabelecimentos em operação no país. É um mercado que não para de crescer: no Brasil, existem cerca de 100 mil farmácias.

A montadora japonesa Honda vai investir, até 2030, R\$ 4,2 bilhões na fábrica de Itirapina (SP). Segundo a empresa, os recursos serão destinados para a produção de um novo modelo no Brasil. Provavelmente será o WR-V, lançado com sucesso no mercado japonês. A companhia também prevê fabricar um híbrido flex em Itirapina.

Chegou a hora de regulamentar as criptomoedas

Desde a criação do Bitcoin, no já distante 2009, o mercado de criptomoedas não está exposto a regulamentações no Brasil. Passou da hora de mudar esse cenário. O Banco Central garante que estabelecerá as regras para o setor ainda em 2024, mas a promessa é antiga e, até agora, pouco avançou na autarquia federal. A regulamentação certamente significaria maior segurança para os investidores, corretoras e empresas que atuam nesse mercado, aproximando-o do sistema financeiro tradicional.



Os Correios têm uma capilaridade enorme e, sendo bem gerenciados, podem ser eficientes e lucrativos"

José Roberto Lyra,
conselheiro da Associação Brasileira de Logística

R\$ 830 MILHÕES

é quanto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicou em multas em 2023 por irregularidades cometidas por empresas no mercado de capitais. O valor subiu 1% versus 2022

DÍVIDAS

Inadimplência afeta produtores

Pesquisa do Serasa Experian aponta que 28% do setor do agronegócio possui débitos em aberto superiores a 180 dias

» RAFAELA GONÇALVES
» FERNANDA STRICKLAND

Reprodução/Canal Rural



Fenômenos climáticos como El Niño e La Niña afetam o valor do seguro, gerando inadimplência

Além das mudanças climáticas que afetam diretamente o segmento do agronegócio, a inadimplência é outro fator preocupante. De acordo com levantamento realizado pela Serasa Experian, o percentual geral de devedores do setor é de 28%. O dado de maior atenção, no entanto, é o dos produtores rurais arrendatários, com plantio nas terras de propriedade de outra pessoa. Nesse caso, a inadimplência aumentou significativamente de 9% para 13,7% no período de 2020 a 2023.

O levantamento, que considera apenas dívidas com vencimento superior a 180 dias e em setores que se relacionam às atividades principais do agronegócio, foi feito com base em dados de cerca de 9,5 milhões de donos de propriedades rurais, ou aqueles que tenham empréstimos e financiamentos da modalidade rural e agroindustrial, distribuídos em todos estados do país.

As intempéries climáticas são um risco adicional para o quadro de endividamento, no caso de produções afetadas. Otto Nogami, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), ressalta que o fortalecimento do seguro rural poderia mitigar esses problemas e garantir a estabilidade financeira dos agricultores. "O seguro rural é essencial para proteger os produtores contra riscos à safra, como estiagens e outros eventos climáticos. O governo deveria buscar formas de modernização e novos modelos para atender ao setor produtivo

e fortalecer o sistema de seguro rural", afirma.

"As mudanças climáticas têm impactado significativamente o seguro rural, resultando em desafios para os produtores. Segundo o IBGE, o aumento da frequência de eventos climáticos adversos contribuiu para elevar as indenizações do seguro rural. Isso significa que mais produtores estão buscando compensação por perdas relacionadas a condições climáticas extremas. Secas, enchentes

e outros eventos climáticos têm prejudicado a produção agropecuária, levando a um aumento nas reivindicações de seguro", ressalta Nogami.

Para o economista, o cenário de mudanças climáticas também afetou a oferta de seguro rural. "Com mais sinistros ocorrendo, as seguradoras enfrentam desafios em manter uma oferta ampla e acessível. Os produtores rurais agora enfrentam maior risco de perdas sem a devida cobertura de seguro", diz.

"O seguro rural eficiente é uma

alternativa crucial para mitigar esses problemas. Ele permite que o produtor receba uma quantia relativa ao que foi perdido pelo sinistro e continue ativo na atividade rural. Mesmo sob a frustração da safra, o seguro rural oferece suporte financeiro e incentiva os produtores a investirem na produção", completa Nogami.

Para o economista, especialista em reestruturação financeira de empresas e membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, Luís



Com mais sinistros ocorrendo, as seguradoras enfrentam desafios em manter uma oferta ampla e acessível. Os produtores rurais agora enfrentam maior risco de perdas sem a devida cobertura de seguro"

Otto Nogami, economista e professor do Insper

Alberto de Paiva, a situação do endividamento do setor agro não pode ser resolvida no curto prazo. "A queda de valores dos produtos agrícolas e pecuários na contramão do custo de carregamento financeiro dos empréstimos, não reserva alternativas. As instituições financeiras e fornecedores de insumos na mesma cadeia de valores não têm saúde financeira suficiente para conceder as condições necessárias de reperfilamento", frisa.

Renegociação

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) abriu uma oportunidade para renegociar dívidas do crédito rural para investimentos. A resolução foi necessária diante do fato de que, na safra 2023/2024, o comportamento climático nas principais regiões produtoras afetou negativamente algumas lavouras, reduzindo a produtividade em localidades específicas. Além disso, os produtores rurais também têm enfrentado dificuldades com a queda dos preços diante do cenário global.

Com a iniciativa, as instituições financeiras poderão adiar ou parcelar os débitos que irão vencer ainda em 2024, relativos a contratos de investimentos dos produtores de soja, de milho e da pecuária leiteira e de corte. "Problemas climáticos e preços achatados trouxeram incertezas para os produtores. Porém, pela primeira vez na história, um governo se adiantou e aplicou medidas de apoio antes mesmo do fim da safra", destaca o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro.

O prazo limite para repactuação é até 31 de maio. As operações contratadas devem estar em situação de adimplência até 30 de dezembro de 2023. Para enquadramento, os financiamentos deverão ter amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e dos demais programas de investimento rural do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das linhas de investimento rural dos fundos constitucionais.